



CANAL DE VOZ



Informativo do Sinttel-ES nº 646 Tel. 27 3223-4844 www.sinttel-es.org.br 26 de maio de 2011

Campanha Salarial 2011/2012 BrasilCenter

BrasilCenter fez uma proposta. É hora de avaliar

A reunião de negociação, ocorrida na terça-feira (24/05), entre o Sinttel e a BrasilCenter, deu um passo adiante. A reunião foi no Sindicato e a empresa apresentou uma proposta que o Sinttel levará para ser apreciada, em assembleia, no dia 1º de junho de 2011 (quarta-feira) das 13 às 16 horas. A votação será secreta na porta da BrasilCenter.

Na reunião anterior, ocorrida no Rio de Janeiro, dia 11 de maio, o Sinttel recusou a primeira proposta feita pela empresa. Na segunda reunião, o Sinttel não pode recusar a proposta de cara, visto que a BrasilCenter deu uma melhorada nos percentuais para os salários e benefícios.

Diante disso, somente os trabalhadores é que podem avaliar se vale à pena. É na assembleia que os empregados poderão decidir o que querem, lembrando que esses reajustes e benefícios, se forem aceitos, valem pelos próximos 365 dias, a contar de 1º de abril.

Segundo o presidente do Sinttel, Nilson Hoffmann, nun-

ca é fácil a negociação com a BrasilCenter. "Como sempre, a empresa nivela por baixo. Porém, alguns pontos consideramos positivos, como o reajuste de acordo com a inflação de 6,31%, para todos os salários, bem como para o piso já ajustado, após a adequação do salário mínimo".

O Sinttel também considera um avanço (pequeno) o aumento da concessão do benefício auxílio creche para filhos com até 36 meses. Cabe lembrar que a pesquisa feita pelo Sinttel, e respondida por cerca de 300 trabalhadores dos 2.080 empregados da empresa, teve a reivindicação "Plano odontológico" como a terceira mais importante, ficando atrás dos aumentos de salário e do tíquete refeição. E isso a empresa nem tocou. Portanto, a decisão cabe agora aos trabalhadores.

ASSEMBLEIA

dia 1º de junho/2011

(quarta-feira) das 13 às 16 horas. A votação será secreta na porta da BrasilCenter. Vote!

Proposta da empresa

Piso Salarial: R\$ 580,00. O reajuste oferecido é equivalente a 10% sobre o piso de R\$ 526,00, praticado em dezembro do ano passado;

Reajuste para os demais salários: 6,31%;

Tíquete refeição/alimentação: para jornada de 6 horas: R\$ 5,40 (reajuste de 8%); para jornada de 8 horas: R\$ 11,50 (reajuste de 7%);

Auxílio creche: passa para R\$ 300,00 e estende o benefício de 24 para 36 meses a idade da filha da beneficiada;

Assistência a educação especial: passa para R\$ 450,00;

Estabilidade da gestante: amplia o prazo de 30 para 60 dias a estabilidade da gestante após o retorno da licença;

A BrasilCenter ainda se compromete a "estudar" a implantação de um plano de previdência complementar.

Participe!

TST aprova pacote de resoluções em favor do trabalhador

Brasília – Os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) firmaram na noite de terça-feira (24) posição sobre mais de 20 questões que envolvem as relações de trabalho. As medidas devem orientar outras instâncias da Justiça do Trabalho em todo o país e podem ajudar a reduzir conflitos entre patrões e empregados. Isso porque as partes vão saber de antemão, em alguns casos, se serão derrotadas no seu pleito em última instância.

Segundo o presidente do TST, João Oreste Dalazen, vários fatores motivaram a revisão da jurisprudência do tribunal. Um deles é a mudança nas leis, que obriga uma reforma automática do entendimento do tribunal para se adequar a elas. Outro fator é a modernização da sociedade. "Há um fenômeno muito comum de a economia, a sociedade, avançar, modernizar-se e a lei não acompanhar. E nós precisamos, diante da lei, ainda que anacrônica, dar uma resposta

à sociedade".

As mudanças são resultado da Semana do TST, promovida de 16 a 20 de maio. Os ministros pararam de julgar todos os processos para analisar os principais conflitos que atravancavam os tribunais do Trabalho e o próprio TST. Com isso, esperam ter contribuído para a solução desses conflitos.

Confira a seguir como ficaram as modificações nas relações de trabalho determinadas pelo TST.

COMO ERA	COMO FICOU
Jornada de Operadores de Telemarketing não era definida.	Operadores de telemarketing têm jornada de seis horas diárias
Trabalhador tinha que provar que precisa do vale-transporte para receber o benefício	A empresa tem que provar que o trabalhador não precisa do vale-transporte se não quiser pagar o benefício
Trabalhador que levava celular da empresa para casa podia receber pagamento extra por regime de sobreaviso	Trabalhador que leva celular da empresa para casa não tem direito automático a pagamento por sobreaviso e precisa provar que estava à disposição da empresa
Alteração de jornada de trabalho insalubre podia ser acordada entre empregador e trabalhador	Alteração de jornada de trabalho insalubre precisa passar por perícia do Ministério do Trabalho
Ente público era obrigado a arcar com débitos de empresa de terceirização de serviço que deixasse de cumprir compromissos trabalhistas	Ente público só é responsabilizado por falhas trabalhistas cometidas por empresa contratada para terceirização de serviço se ficar comprovado que houve negligência culposa do contratante
O dissídio coletivo (decisão judicial para pacificar conflito entre empregador e trabalhador) durava um ano	O dissídio coletivo pode durar até quatro anos se não houver lei ou outro acordo que altere as bases da decisão judicial
Cada sindicato podia ter sete dirigentes que não podem ser demitidos enquanto durar o mandato	Número de dirigentes de sindicato com direito a estabilidade passa para 14 com o acréscimo de sete suplentes
Tempo de locomoção do empregado da portaria da empresa até o local de trabalho que superar 10 minutos, em condução fornecida pelo empregador, vale como jornada de trabalho em algumas empresas	Tempo de locomoção do empregado da portaria da empresa até o local de trabalho que superar 10 minutos, em condução fornecida pelo empregador, vale como jornada de trabalho em todas as empresas
O TST não fazia audiências públicas para ouvir representantes da sociedade em temas polêmicos	Assim como o Superior Tribunal Federal (STF), o TST passa a fazer audiências públicas para ouvir sociedade em temas polêmicos